Processo nº: 0115065-84.2013.8.19.0001

Tipo do

Movimento: Sentença

Descrição:

Trata-se de ação civil pública consumerista ajuizada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO em face de VIAÇÃO ALGAVERDE LTDA e CONSÓRCIO SANTA CRUZ DE TRANSPORTES, alegando, em síntese, que foi instaurado o inquérito civil 859/2011, para averiguar reclamação de consumidores concernente à linha de ônibus nº 759 (Cesarão x Coelho Neto), a qual é operada pelas rés. Relata que as reclamações dizem respeito ao estado de conservação dos veículos, dos longos intervalos entre cada unidade e da falta de parada nos pontos. Acrescenta que em fiscalizações realizadas pela Secretaria Municipal de Transportes Rodoviários (SMTR) foram constadas as seguintes irregularidades: inoperância da luz do freio, do limpador de para-brisa, da vista traseira, da luz de ré, do extintor de incêndio e da cigarra, além de mau estado dos para-choques e bancos, bem como falta de limpeza interna. Segue narrando que em derradeira fiscalização, realizada em fevereiro de 2013, a SMTR constatou que as rés estariam operando com quantitativo abaixo de 80%, qualificando o serviço prestado como muito ruim. Ressalta, ainda, que tais constatações demonstram comprometimento da segurança de funcionários e de passageiros. Requer, portanto, a antecipação da tutela para que as rés sejam condenados a empregar na operação da linha 759, ou outra que substituir o trajeto, a frota e horários determinados pela SMTR, mantendo, também, os veículos em estado adequado de conservação, sob pena de multa diária de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), corrigidos monetariamente. Pugna, ainda, pela indenização da forma mais ampla e completa possível, os danos materiais e morais de que tenham padecido os consumidores, individualmente considerados, em virtude dos fatos narrados, a ser apurado em liquidação; bem como pela indenização a título de dano moral e material, causados aos consumidores, considerados em sentido coletivo, na quantia mínima de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), cujo valor reverterá ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados. Antecipação de tutela deferida parcialmente para determinar que a ré, no prazo de 48 horas, mantenha o serviço da linha de ônibus nº 759 com não menos do que 80% da frota determinada pela SMTR, devendo os extintores dos veículos estar carregados e prontos para uso em caso de eventual emergência, sob pena de multa de R\$ 15.000,00 por ocorrência constatada (fls. 14/15). Cópia do agravo de instrumento da ré EMPRESA DE VIAÇÃO ALGAVERDE LTDA contra a decisão de antecipação de tutela (fls. 22/25) Contestação da ré EMPRESA DE VIAÇÃO ALGAVERDE LTDA (fls. 33/41) e juntada de documentos (fls. 42/76), arguindo preliminarmente a ausência de legitimidade ativa do MP para a tutela de direitos individuais

disponíveis, identificáveis e divisíveis. No mérito, alega que o Inquérito Civil foi instruído com informações da linha 388, a qual não guarda relação com a linha 759. Argumenta, ainda, que as inspeções da SMTR atestam a circulação de 100% da frota da linha 759, estando todos os extintores dentro da validade. No que tange às verbas pleiteadas, aduz que o STJ já decidiu pela impossibilidade da cumulação de perdas e danos com obrigação de fazer, ressaltando, também, que não violou qualquer direito reparável de seus usuários. Embargos de declaração da ré CONSÓRCIO SANTA CRUZ TRANSPORTES contra a decisão de antecipação de tutela (fls. 93/03), a qual foi rejeitada, conforme decisão de fls. 105. Contestação da ré CONSÓRCIO SANTA CRUZ TRANSPORTES (fls. 106/125) e juntada de documentos (fls.126/188), arguindo preliminarmente a sua ilegitimidade passiva, em razão de não operar a referida linha, não respondendo as participantes do consórcio solidária ou subsidiariamente por falha no serviço. No mérito, alega que não possui ingerência sobre a linha de ônibus referida, e que os defeitos apontados no Inquérito Civil seriam em verdade da linha 388. Segue aduzindo a inadequação do pedido de indenização por danos morais em sede de Ação Civil Pública. Cópia do agravo de instrumento da ré CONSÓRCIO SANTA CRUZ TRANSPORTES contra a decisão de antecipação de tutela (fls. 196/207). Réplica às fls. 219/241. Manifestação das partes em provas (fls. 243, 244 e 245). Decisão saneadora às fls. 246/252, deferindo a produção de provas, bem como afastando as alegações de nulidade inquérito civil, de ilegitimidade ativa do MP e passiva do CONSÓRCIO SANTA CRUZ TRANSPORTES. Decisão monocrática negando seguimento ao agravo de instrumento (fls. 273/276). Agravo retido da VIAÇÃO ALGAVERDE LTDA em relação ao indeferimento da prova oral e da expedição dos ofícios requeridos (fls. 288). Contrarrazões do Ministério Público ao agravo retido (fls. 290/294). Alegações finais das rés CONSÓRCIO SANTA CRUZ TRANSPORTES e VIAÇÃO ALGAVERDE LTDA, às fls. 303/305 e 306/311, e do autor às fls. 312/338. É O RELATÓRIO. DECIDO. Inicialmente, no que tange às preliminares novamente arguidas pelas rés em suas alegações finais, especificamente, as alegações de nulidade inquérito civil, de ilegitimidade ativa do MP e passiva do CONSÓRCIO SANTA CRUZ TRANSPORTE , registro que tais matérias já foram enfrentadas em sede de decisão saneadora. Assim, tendo em vista que os pontos ali decididos já constituíam desde então capítulos desta sentença, reporto-me à decisão saneadora e mantenho-a por seus próprios fundamentos. Superada essa etapa, passo ao enfrentamento do mérito. In casu, busca o Ministério Público a condenação das rés a prestarem o serviço público de transporte coletivo de modo adequado aos padrões exigidos pela legislação. Com efeito, as irregularidades apontadas pelo demandante foram confirmadas pelos relatórios elaborados e multas aplicadas pela SMTR, como se infere às fls. 20/28, 168/177 e 208/218 do Inquérito Civil em apenso. Valem transcrever

os seguintes trechos dos relatórios: 'Em fiscalização sobre o estado de conservação da frota, verificou-se em alguns coletivos irregularidades que contrariam o código disciplinar deste modal. A saber: inoperância da luz de ré, inoperância do limpador de para-brisa, vidro para-brisa trincado, banco solto, luz de ré inoperante, luz de freio inoperante, extintor de incêndio, inoperância da luz do salão e banco rasgado. Em face das irregularidades encontradas, o referido consórcio foi notificado através das seguintes comunicações de multas: 743121, 743122, 743123, 743124, 743125, 743126, 743127, 743128, 743131, 743132 e 74313.' 'Findadas as ações, verificou-se que as irregularidades persistem, sedo o Consórcio Santa Cruz novamente penalizado através das comunicações de multas nº 744604, 744605, 744606, 744607, 744608, 744609, 744610, 744611, 744612, 744613, 744614, 744615, 744616, 744617, 744618 e 744619, conforme cópias em anexo.' 'De acordo com cadastro registrado a SMTR, alinha epígrafe tem frota determinada de 15 (quinze) veículos, operando com 11 (onze) veículos de sua frota, com intervalos médio entre as partidas de 20 (vinte) minutos a 45 (quarenta e cinco) minutos. Foi constatado irregularidades os veículos vistoriados, tais como: Piso derrapante, extintor descarregado, banco rasgado, falta de limpeza interna, ensejando aplicação dos Autos de Infração -A 2993, A-1 2994, A-1 2995, A-1 2996, por infringir os artigos 23, inciso VII e IX, artigo 24, inciso I, artigo 25, inciso II, todos do Decreto 36.343/2012. Por estar operando abaixo de 80% da sua frota, foi aplicado Auto de Infração A-1 2997, por infringir o artigo 17, inciso II, do Decreto 36.343/2012.'. Note-se ainda a informação de que, entre janeiro de 2011 até novembro do mesmo ano, a SMTR recebeu 96 registros de reclamações de usuários insatisfeitos com o serviço da linha 759, todas devidamente apresentadas no Inquérito Civil de fls. 46/144. A seu turno, nem o CONSÓRCIO SANTA CRUZ TRANSPORTES ou a VIAÇÃO ALGAVERDE LTDA trouxeram aos autos provas a contradizer o exposto pelo Parquet, não se desincumbindo, portanto, do dever de comprovar fato extintivo, modificativo ou impeditivo do direito autoral, conforme impõe o art. 333, inciso II do Código de Processo Civil. Sendo certo que meras alegações de crescimento da demanda e de problemas no trânsito (fl.310) não são suficientes para afastar o dever de prestação razoável do serviço público licitado, de forma que patentes e injustificadas as irregularidades ocorridas na gestão da linha de ônibus objeto destes autos. Assim, caracterizado o ilícito praticado pelos réus, passa-se a análise de eventuais danos. Quanto à condenação do réu ao pagamento de indenização pelo dano moral coletivo, merece prosperar diante da abusividade da conduta do réu em face da coletividade consumerista. Isto porque, a conduta da ré causa danos ao consumidor, pois estes pagam pelo serviço para ser prestado de forma adequada e eficiente, assegurando seus direitos básicos à segurança, saúde e integridade física. Destaque-se que o transporte público de má qualidade implica em maior número de carros na rua e, por

consequência, maior engarrafamento, atrapalhando, inclusive, pessoas que não se utilizam dos serviços prestados pelas rés. Em verdade, atitudes com as das demandadas são exatamente um das causas dos problemas de 'trânsito caótico' que estas alegaram em defesa. Dito isso, de acordo com a melhor doutrina e jurisprudência, o dano moral está ínsito na própria ofensa, decorrendo da gravidade do ilícito em si, existindo in re ipsa, ou seja, comprovada a ofensa, demonstrado estará o dano moral em decorrência de uma presunção natural. Nesse sentido: ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO. SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO. CADÁVER EM DECOMPOSIÇÃO NO RESERVATÓRIO. DANO MORAL. CONFIGURADO. OMISSÃO. NEGLIGÊNCIA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL IN RE IPSA. 1. Fica configurada a responsabilidade subjetiva por omissão da concessionária decorrente de falha do dever de efetiva vigilância do reservatório de água, quando nele foi encontrado um cadáver humano. 2. De outro lado, também, ficou caracterizada a falha na prestação do serviço, indenizável por dano moral, quando a COPASA não garantiu a qualidade da água distribuída à população. 3. Ainda, há que reconhecer a ocorrência in re ipsa, o qual dispensa comprovação do prejuízo extrapatrimonial, sendo suficiente a prova da ocorrência de ato ilegal, uma vez que o resultado danoso é presumido. Recurso especial provido. Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS- REsp 1492710 / MG- Data do julgamento:16/12/2014. RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. OFENSA AO DIREITO DE IMAGEM. UTILIZAÇÃO SEM AUTORIZAÇÃO. DANO MORAL 'IN RE IPSA'. PRECEDENTES. ENUNCIADO 278 DA IV JORNADA DE DIREITO CIVIL. 1. Ação de indenização por danos morais movida por conhecido piloto automobilístico em face da veiculação de publicidade utilizando o apelido do autor, amplamente conhecido pelo público em geral, em um contexto que claramente o identificava (criança, em um carro de brinquedo, com um macacão na mesma cor que o piloto demandante usava em sua equipe de Fórmula 1). 2. Jurisprudência firme desta Corte no sentido de que os danos extrapatrimoniais por violação ao direito de imagem decorrem diretamente do seu próprio uso indevido, sendo prescindível a comprovação da existência de outros prejuízos por se tratar de modalidade de dano 'in re ipsa'. (...) 5. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. Relator: Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO- REsp1432324/SP-Data do julgamento: 18/12/2014. No que tange ao quantum indenizatório não há valores fixos nem tabelas preestabelecidas para o arbitramento do dano moral. Essa tarefa cabe ao juiz no exame de cada caso concreto, observando os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, utilizando-se de seu bom senso prático. Em relação ao dano material, este deverá ser comprovado após habilitação individualizada visando a sua liquidação, sendo certo que tais demandas deverão ser remetidas à livre distribuição nos moldes das regras processuais de fixação de competência,

tudo em respeito ao princípio garantidor do acesso à justiça. Neste sentido vale conferir os arestos do Egrégio STJ a seguir colacionados: 'PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EXECUÇÃO INDIVIDUAL. JUÍZO COMPETENTE. 1. 'A liquidação e a execução individual de sentença genérica proferida em ação civil coletiva pode ser ajuizada no foro do domicílio do beneficiário, porquanto os efeitos e a eficácia da sentença não estão circunscritos a lindes geográficos, mas aos limites objetivos e subjetivos do que foi decidido, levando-se em conta, para tanto, sempre a extensão do dano e a qualidade dos interesses metaindividuais postos em juízo (arts. 468, 472 e 474, CPC e 93 e 103, CDC)'. (REsp 1243887/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/10/2011, DJe 12/12/2011). 2. Agravo regimental a que se nega provimento.'(AgRg no REsp 1182037/PR, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 07/02/2012, DJe 14/02/2012) 'DIREITO PROCESSUAL. RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA (ART. 543-C, CPC). DIREITOS METAINDIVIDUAIS. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. APADECO X BANESTADO. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. EXECUÇÃO/LIQUIDAÇÃO INDIVIDUAL. FORO COMPETENTE. ALCANCE OBJETIVO E SUBJETIVO DOS EFEITOS DA SENTENÇA COLETIVA. LIMITAÇÃO TERRITORIAL. IMPROPRIEDADE. REVISÃO JURISPRUDENCIAL. LIMITAÇÃO AOS ASSOCIADOS. INVIABILIDADE. OFENSA À COISA JULGADA. 1. Para efeitos do art. 543-C do CPC: 1.1. A liquidação e a execução individual de sentença genérica proferida em ação civil coletiva pode ser ajuizada no foro do domicílio do beneficiário, porquanto os efeitos e a eficácia da sentença não estão circunscritos a lindes geográficos, mas aos limites objetivos e subjetivos do que foi decidido, levando-se em conta, para tanto, sempre a extensão do dano e a qualidade dos interesses metaindividuais postos em juízo (arts. 468, 472 e 474, CPC e 93 e 103, CDC). 1.2. A sentença genérica proferida na ação civil coletiva ajuizada pela Apadeco, que condenou o Banestado ao pagamento dos chamados expurgos inflacionários sobre cadernetas de poupança, dispôs que seus efeitos alcançariam todos os poupadores da instituição financeira do Estado do Paraná. Por isso descabe a alteração do seu alcance em sede de liquidação/execução individual, sob pena de vulneração da coisa julgada. Assim, não se aplica ao caso a limitação contida no art. 2º-A, caput, da Lei n. 9.494/97. 2. Ressalva de fundamentação do Ministro Teori Albino Zavascki. 3. Recurso especial parcialmente conhecido e não provido.'(REsp 1243887/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/10/2011, DJe 12/12/2011) Ex positis, CONFIRMO A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA deferida a fls. 10-11 e JULGO PROCEDENTES OS PEDIDOS para: a) Condenar os réus para que empreguem na operação da linha 759, ou outra que a substituir, o trajeto, frota e horários determinados pela SMTR e mantenha os veículos em estado adequado de conservação, sob pena de multa diária de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), corrigidos monetariamente,

fixando-se, para o cumprimento espontâneo, o prazo de 10 (dez) dias. b) condenar a parte ré ao pagamento de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a serem revertidos ao Fundo de Defesa dos Direitos do Consumidor, nos termos do artigo 13 da Lei 7347/85, conforme Resolução nº 16 de 08/03/2005 do CONSELHO FEDERAL GESTOR DO FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS - CFDD. c) condenar a parte ré ao pagamento de danos materiais na forma explicitada no corpo deste decisum, ou seja, a depender individualmente da liquidação que, repisa-se, poderá ser inaugurada no domicílio de cada consumidor. Condeno, por fim, a parte ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% do valor da condenação, que serão revertidos ao Centro de Estudos Jurídicos do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ciência ao MP. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se. P.R.I.